



## **Significados de uma formação humanística na licenciatura em ciências agrícolas da UFRPE: diálogos com os princípios da Educação em Agroecologia**

Maria Virginia de Almeida Aguiar<sup>1</sup> e José Nunes da Silva<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Engenheira Agrônoma pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), doutora em Agroecologia, Sociologia e Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidad de Córdoba, Espanha. E-mail: [mvirginia.aguiar@gmail.com](mailto:mvirginia.aguiar@gmail.com);

<sup>2</sup>Engenheiro Agrônomo pela Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM), mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e doutor Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: [zenunes13@yahoo.com.br](mailto:zenunes13@yahoo.com.br)

**Resumo:** A Licenciatura em Ciências Agrícolas da Universidade Federal Rural de Pernambuco vem sendo construída como um espaço contra hegemônico de formação de educadores no ensino superior para atuar no campo. Alguns processos educativos, incluindo valores e práticas trabalhados ao longo do curso, são considerados pelos estudantes como valores que humanizam a sua formação profissional. Partimos do princípio que estes valores e práticas se aproximam dos princípios da educação em agroecologia.

**Palavras-chaves:** educação profissional; formação de educadores; educação do campo.

### **1. Introdução**

A Licenciatura em Ciências Agrícolas (LA) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE/Recife-PE) foi criada em 1972. Da sua criação aos dias atuais, a LA vivenciou muitas transformações<sup>1</sup>. Iniciou sua trajetória no momento em que houve uma ampliação considerável das escolas técnicas federais no Brasil, com uma grande demanda para a formação de professores. Este período é marcado pela modernização conservadora do campo brasileiro, e o ensino agrícola, incluindo a formação de professores, recebeu a incumbência de participar desse processo, incorporando os princípios da Revolução Verde como a sua diretriz educativa (SOBRAL, 2009).

---

<sup>1</sup> Para entender o contexto em que foi criada a LA, ver TAVARES, 2005; DINIZ & FERRAZ, 2010;



As mudanças que deram origem ao significado do que é a LA na atualidade, começaram a acontecer a partir dos anos de 1990, quando o curso passa a repensar os processos de formação docente, acompanhando as mudanças que aconteciam no contexto da agropecuária brasileira, onde ganham força os movimentos sociais do campo e diferentes formas de resistência ao modelo de desenvolvimento dominante. De acordo com os educadores Figueiredo & Lima (2006), nos anos de 1980 cria-se um ambiente favorável ao debate aberto sobre os modelos de desenvolvimento rural na UFRPE em função das mudanças sociais ocorridas neste período impulsionadas pelos novos movimentos sociais e organizações de assessoria ao movimento popular. Para os educadores, a LA dá continuidade a essas reflexões na Universidade nos anos posteriores, entendendo “a formação profissional como formação para a cidadania, vinculando teoria e prática, ao mesmo tempo em que valoriza as referências sociais do mundo rural camponês no processo de ensino-aprendizagem” (p. 8). O curso incorpora a parceria com os movimentos sociais e organizações governamentais e não-governamentais para implementar ações educativas junto a comunidades rurais em áreas de assentamento de Pernambuco, com foco na formação profissional dos estudantes. A educação agrícola dedicada à modernização produtiva vai perdendo substância e vai sendo associada a uma nova cultura do trabalho, da organização social no campo e da produção associada à preservação da natureza e à construção de alternativas tecnológicas mais contextualizadas e adaptadas a diferentes realidades locais (DINIZ & FERRAZ, 2010). Neste período, vai tomando força a ideia de uma educação para a sustentabilidade e para a inclusão social, temas que foram sendo incorporados ao curso através de atividades de ensino e extensão, principalmente. A partir de então são realizados estágios de vivência sobre agricultura familiar agroflorestal, semanas de meio ambiente e de educação agrícola, implantação de sistemas agroflorestais junto a famílias agricultoras, entre outras atividades que articulavam vários projetos de ensino e extensão.

Essas ideias permanecem até os dias de hoje na LA, estando mais claramente observadas na opção do curso pela educação do campo, pela agroecologia e pela agricultura familiar e camponesa no seu fazer educativo.



Atualmente, o curso é oferecido para estudantes de Agronomia, Medicina Veterinária, Zootecnia, Engenharia Florestal, Engenharia Agrícola e Ambiental e Engenharia de Pesca, assim como para profissionais já formados nestas áreas<sup>2</sup>. Essa modalidade torna a licenciatura opcional para estudantes e profissionais das Ciências Agrárias que tem interesse em ter também uma formação pedagógica<sup>3</sup>. Assim, o currículo da LA é formado por um componente específico associado à formação em Ciências Agrárias, e um componente pedagógico associado à formação de educadores.

Fazendo uma análise mais conjuntural e histórica sobre a formação específica oferecida pelos cursos de Ciências Agrárias na UFRPE, no que pese os avanços em termos de ensino, pesquisa e desenvolvimento tecnológicos promovidos pela universidade, percebemos que se fundamenta numa perspectiva técnica orientada pela lógica positivista voltada para a atividade produtiva rural moderna-industrial, oferecendo, a partir do ensino da técnica, a melhoria da produção vegetal e animal. Atende a um padrão tecnicista da agricultura convencional e do agronegócio. Em outro momento, analisávamos que uma demonstração deste processo foi que, em 2010, a Universidade foi considerada uma “entidade do agronegócio” e foi homenageada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, “por suas contribuições no desenvolvimento das Ciências Agrárias” (AGUIAR, 2015).

Vinculado a essa reflexão, ressaltamos a existência na atualidade de uma “crise civilizatória”, que perpassa o campo brasileiro através das questões sociais, alimentares, energéticas e ambientais. Essa crise perpassa também a educação, pois a universidade não está conseguindo incorporar estas questões ao seu projeto presente e futuro. Na nossa universidade, esta crise está diretamente relacionada com seu projeto de educação, que historicamente esteve ligada ao setor do agronegócio, negando a diversidade existente no campo pernambucano, distanciada das relações sociais e de trabalho das minorias, estando fortemente vinculada a uma formação de pesquisadores desvinculados do mundo do trabalho e praticamente não incorporando o debate da sustentabilidade socioambiental.

Além disso, essa crise também perpassa a identidade do Rural que qualifica a UFRPE, pois vemos uma negação deste espaço como componente do ensino, da pesquisa e da extensão nos

---

<sup>2</sup> Desde 1984 o ingresso no curso se faz desta forma.

<sup>3</sup> Esta modalidade de ingresso na LA entra em vigor no ano letivo de 1984.



diferentes cursos existentes. Em um estudo exploratório sobre a dimensão do Rural na UFRPE, Callou & Silva (2013) qualificam que o quadro do ensino do Rural é desolador e, ao mesmo tempo, se revela oculto e inexplorado no ensino de graduação e da pós-graduação, pois há uma baixa carga horária de disciplinas relativas ao Rural; ausência de uma alusão ao Rural ou a temas a ele relacionados nos objetivos e no campo de atuação profissional dos cursos de Ciências Agrárias; e disciplinas obrigatórias passam ao largo das questões rurais contemporâneas e do que está proposto nas políticas atuais de desenvolvimento rural.

Borsatto et al (2005), ao abordar o processo de formação dos engenheiros agrônomos e florestais que irão atuar de forma direta ou indireta no meio agrário brasileiro, verifica que o paradigma vigente do ensino pressupõe processos de redução, experimentação, matematização, compartimentalização e fragmentação do conhecimento e qualquer processo que escape deste *modus operandi*, não é reconhecido como verdadeiro. Além disso, a ciência moderna promoveu a ideia de que o saber agrônomo institucionalizado nas universidades e centros de pesquisa é o único saber legítimo relacionado à agricultura e que o desenvolvimento tecnológico é determinante para o desenvolvimento social (JACOB, 2016).

Estas perspectivas formativas deixam muitas lacunas na formação dos estudantes que, ao se depararem com o campo, encontram uma realidade muito mais complexa e diversificada. Estas questões se acentuam, pois, o perfil dos estudantes da LA é, em geral, urbano e desvinculado de processos educativos com inserção no campo.

Portanto, vários estudantes procuram a LA justamente para ter uma formação mais ampliada, afirmando, em vários momentos, que a licenciatura propicia uma espécie de “humanização” da sua formação nas Ciências Agrárias. É no espaço da Formação Profissional Pedagógica oferecida no curso que os estudantes encontram brechas para a formação humanística que valorizam.

A humanização encontrada pelos estudantes na LA está associada a duas dimensões: por um lado, encontram relações menos desiguais, em especial nas relações estabelecidas entre educadores e educandos. Os estudantes afirmam que vivenciam relações verticalizadas nos cursos de Ciências Agrárias, onde está bem demarcada uma hierarquização do conhecimento entre aqueles que sabem



(professores/as doutores/as) e aqueles que não sabem (estudantes em processo de formação). Não raras vezes os estudantes analisam que não acontece o debate aberto em torno das diferentes dimensões do conhecimento e a educação bancária é uma prática constante entre os/as professores/as. Por outro lado, a desumanização está presente na perspectiva tecnicista dada aos cursos de Ciências Agrárias e na ausência de componentes curriculares que propiciem uma compreensão da dimensão humana no meio rural, vinculados às Ciências Naturais, às Ciências Humanas e às Ciências Sociais. O papel tradicionalmente atribuído à área de formação socioeconômica nas Ciências Agrárias historicamente é considerado acessório e/ou periférico. Algumas disciplinas destas áreas do conhecimento presentes no currículo (Economia e Administração, por exemplo), são instrumentalizadas à ideologia agrônomo-produtivista.

Ao optarem pela formação com alto conteúdo técnico, as Ciências Agrárias não propiciam uma formação de profissionais aptos a correlacionar estes conteúdos técnicos entre si e com os saberes empíricos dos agricultores e agricultoras, suas demandas sociais, suas características sociais e culturais, as relações econômicas em que estão imersos e sua relação com os agroecossistemas em que vivem. O presente texto tem como objetivos analisar o significado desta humanização apregoada pelos estudantes da LA, em diálogo com os princípios da educação em Agroecologia propostos no I Seminário Nacional de Educação em Agroecologia (SNEA). Partimos da suposição de que os princípios da vida, da diversidade, da complexidade e da transformação se expressam na formação humanizadora oferecida aos estudantes na LA. Boa parte destas reflexões vem sendo feita no âmbito das discussões para a reformulação curricular do curso, realizadas por educadores, estudantes e parceiros da LA, nos anos de 2015/2016 (UFRPE/LA, 2016).

## **2. Descrição e reflexões sobre a experiência**

De acordo com o último projeto do curso, estabelecido em 2004, o objetivo geral da LA é “Formar educadores que contribuam com práticas educativas para ampliar os conhecimentos e o estabelecimento de uma convivência sustentável do ser humano com a natureza”. Assim, a LA



proporciona uma formação para educadores para: lecionar componentes curriculares na educação básica, com habilidades para o ensino das ciências e tecnologias com conteúdos da produção animal e vegetal advindos da formação em Ciências Agrárias, mas também com conteúdos relacionados com o desenvolvimento local sustentável, a agricultura familiar e camponesa e a agroecologia; trabalhar com extensão rural na escola e fora dela; desenvolver processos educacionais de capacitação profissional; desenvolver projetos e ações de educação ambiental; assessorar projetos de educação de jovens e adultos; trabalhar com educação do campo; trabalhar com metodologias populares e participativas. Esta última perspectiva formativa está em consonância com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) que, desde 2003, vinha sendo colocada em prática pelo governo federal para ampliar a oferta de serviços de extensão rural aos agricultores familiares em todo o país, em parceria com organizações governamentais, não-governamentais e privadas<sup>4</sup>.

Na proposta do curso colocada em prática, percebe-se a orientação de se realizar uma formação de educadores que possa contribuir com a mudança do paradigma dominante ainda presente nos cursos de ensino superior, colocando em prática processos pedagógicos fundados em uma formação crítico-reflexiva e comprometidos com o desenvolvimento rural, com o protagonismo dos agricultores familiares e orientado pela Agroecologia.

A matriz curricular do curso é formada por três grandes componentes curriculares: (i) Formação Profissional Específica, formada por um conjunto de disciplinas relativos à produção animal e à produção vegetal, relacionados com os cursos das Ciências Agrárias; (ii) Formação Profissional Pedagógica, formada por um conjunto de disciplinas vinculadas à Educação e às Ciências Humanas e; (iii) Prática de Ensino e Estágio Supervisionado, também oferecida por uma equipe interdisciplinar de

---

<sup>4</sup> Cabe ressaltar que em 2010 é lançada a Lei de Ater (Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010) instituindo a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e definindo a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) como um “serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais” (Art. 2º). Esse projeto está em risco devido às ameaças a política de desenvolvimento agrário que vinha sendo realizada até 2016, pelas forças conservadoras que ocuparam o cenário político do país.



educadores, vinculados às Ciências Agrárias (da área de Extensão Rural e das Metodologias de Ensino) e às Ciências Humanas.

A Formação Específica envolve conteúdos da produção agropecuária dos cursos de Ciências Agrárias. Já a Formação Profissional Pedagógica, as Práticas como Componentes Curriculares e os Estágios são oferecidos pelo Departamento de Educação, com uma perspectiva mais humanística, dialogando com elementos da Agroecologia e da Educação do Campo.

Na contracorrente do ensino convencional, que separa as disciplinas para não ter que correlacioná-las, as duas últimas dimensões do curso estão organizadas em seis eixos que integram o conjunto das disciplinas por semestre: 1º período – Educação e Sociedade; 2º Período – Aprendizagem e Desenvolvimento Humano; 3º Período – Projeto Pedagógico de Curso para a Educação do Campo; 4º Período – Gestão de Processos Educativos; 5º Período – Práticas de Educação Agrícola; 6º Período – Práxis Educativa. Este é um intento de trabalhar de forma interdisciplinar, que tem seu ápice na Culminância que acontece no final de cada semestre, quando os estudantes apresentam uma síntese da integração das disciplinas a partir das reflexões feitas no período (através de atividades de pesquisa, de classe e extraclasse), através do uso de várias linguagens como teatro, poesia, visualizações, etc. Neste caso, os estudantes assumem o papel ativo no processo de aprendizagem de forma cooperativa. Esta perspectiva formativa dialoga com os princípios da complexidade e da transformação, da educação em agroecologia.

Durante o curso, além dos conteúdos pertinentes à formação pedagógica, os estudantes têm a oportunidade de trabalhar conteúdos como campesinato, sustentabilidade, desenvolvimento rural, psicologia rural, educação do campo, educação popular, educação contextualizada, convivência com o semiárido, agroecologia, extensão rural, gênero, juventude rural, políticas públicas para a agricultura familiar, sistemas de produção de base ecológica, agroecossistemas, entre outras, através de atividades em sala de aula e atividades extraclasse. Na maior parte dos casos, são adotados métodos aplicados a grupos, onde prevalece a interação, o diálogo, a cooperação e o intercâmbio de ideias (vivências, intercâmbios, jornadas, aulas práticas, atividades de extensão e pesquisa com comunidades rurais e organizações educativas e laboratórios de ensino e regência em instituições de ensino).



O curso mantém uma rede de parcerias internas e externas. Internamente, tem uma parceria histórica com o Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC), tendo o curso sido central na criação deste núcleo em 2010 (AGUIAR, 2015). Externamente, está ligada às instituições de ensino profissional (Institutos Federais de Educação e colégio agrícola federal), organizações que trabalham com educação não-formal do movimento agroecológico e dos movimentos sociais do campo (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco; Pastoral da Juventude Rural), além de organizações de assessoria aos agricultores familiares (Comissão Pastoral da Terra), entre outros, formando uma rede de interconhecimento e aprendizagem, conectando diferentes instituições e atores sociais.

### **3. Diálogo com os princípios e diretrizes da Educação em Agroecologia - Como a LA coloca em prática os princípios e diretrizes da educação em agroecologia?**

Alguns valores e práticas educativas trabalhados no curso são considerados pelos estudantes como valores que humanizam a sua formação profissional, tal como apresentamos anteriormente. Partimos do princípio que estes valores e práticas se aproximam dos princípios da educação em agroecologia, quais são: vida, diversidade, complexidade, transformação, propostos no I SNEA em NAC/UFRPE/ABA (2013).

No Projeto Pedagógico do Curso está claro o seu compromisso com a formação de educadores para atuar na educação formal e não-formal, a partir dos princípios da educação do campo. Aqui trabalha-se com um conceito amplo de educação, que se estende para além da dimensão escolar. Questionando uma educação genérica e descontextualizada, na LA se procura reconhecer e valorizar as diferentes dimensões formativas presentes no campo pernambucano e/ou nordestino, vinculadas ao trabalho como um princípio educativo. Portanto, para a LA a formação do licenciado precisa estar vinculada com a cultura e os saberes dos povos do campo. Por isso, toma a agricultura familiar e camponesa como central no processo educativo, dando visibilidade a este segmento social num





contexto de heterogeneidade no campo pernambucano, ao mesmo tempo em que contextualiza um conjunto de disputas e conflitos vividos pelos agricultores familiares.

Ainda que a Agroecologia não apareça claramente nos projetos do curso (1998 e 2004), foi introduzida como um eixo importante dos componentes relativos à Formação Pedagógica. Acreditamos que a agroecologia é conformada por diversas áreas do conhecimento em diálogo com os saberes associados aos contextos e práticas locais e como “uma alternativa para enfrentar as concepções convencionais que sustentam o modelo de agricultura industrial” (FIGUEIREDO & LIMA, 2006: p. 29). Corroboramos com Petersen (2013) que menciona que a agroecologia como ciência se afirma como uma teoria crítica que propõe as bases para se fazer um questionamento contundente à agricultura moderna-industrial, fornecendo ao mesmo tempo as bases conceituais e metodológicas para o desenvolvimento de agroecossistemas sustentáveis de base familiar. Ao mesmo tempo, reconhece a existência de racionalidades ecológicas nas estratégias e modos camponeses de produção, resultantes de sua capacidade de ajustar seus meios de vida aos ecossistemas em que vivem e produzem. No curso é trabalhado um conjunto de práticas, sentidos, identidades e manifestações da atividade produtiva de base ecológica e de ações sociais coletivas, em diferentes contextos ambientais e socioculturais do estado de Pernambuco e/ou da região Nordeste, orientando as práticas educativas dedicadas à construção de agroecossistemas sustentáveis. É neste contexto que o princípio da vida, proposto pela educação em agroecologia, tem sua ressonância na LA. Ao mesmo tempo em que faz uma análise problematizadora da agricultura moderna-industrial que protagoniza a morte, a desigualdade e a fome, pensa a atividade produtiva no campo, protagonizada pelos agricultores familiares, promovendo a vida e a abundância. A agroecologia estuda e atua sobre a vida e se orienta por uma atividade produtiva a favor da vida.

Por outro lado, o curso adota uma “pedagogia transformadora” que promove a análise crítica sobre as relações de poder e as desigualdades sociais que se dão nos diferentes contextos que conformam o campo e a educação pernambucana e concebem simultaneamente a prática educativa como uma ferramenta destinada a promover transformações. Procuramos integrar no currículo de LA a



crítica histórico-social do trabalho no sistema capitalista e o sentido das lutas históricas dos/as trabalhadores/as no trabalho e na educação.

Por um lado, questiona-se com força a educação convencional das Ciências Agrárias e a educação descontextualizada colocada em prática no campo.

#### **4. Considerações finais**

As questões acima apresentadas já vinham sendo trabalhadas na LA desde o final dos anos da década de 1990, quando a licenciatura passou a considerar os desafios da sociedade contemporânea, comprometidos com a inclusão social e com os valores da sustentabilidade socioambiental e o respeito com os valores, comportamentos e visões dos diferentes sujeitos sociais presentes no campo brasileiro e pernambucano.

Desde então, a LA tem oportunizado aos estudantes entender o seu lugar no mundo na perspectiva de uma formação que lhe dê elementos para transformar o mundo. No lugar de reproduzir a lógica dominante no ensino e orientar-se pela revolução tecnológica associada às dinâmicas da economia global de mercado e de consumo, da produtividade e da competição, os estudantes são convidados a atuar a partir de outros princípios.

Diferentes parceiros do curso reafirmam a importância de LA para a formação dos profissionais de Ciências Agrárias que atuam com educação não-formal, oferecendo uma formação mais humanística, social e agroecológica, num contexto vigente até 2016 de fortalecimento da agricultura familiar e de ampliação de políticas públicas para este setor (UFRPE/LA, 2016).

No entanto, a forma como o currículo da LA está organizado não supera o distanciamento e as contradições entre as suas diferentes dimensões formativas. Percebe-se ainda um conflito de valores humanísticos presentes na formação pedagógica, com os produtivistas/tecnicistas, presentes na formação específica. Em todos estes anos, a formação pedagógica não conseguiu coevoluir com a formação específica, com suas matrizes curriculares voltadas para a atividade produtiva moderna-



industrial para, assim, poder oferecer uma formação ampla em agroecologia. Isso implicaria em superar as contradições presentes na departamentalização do currículo do curso.

Concordamos com Jacob (2016), que afirma que não podemos nos contentar com o silenciamento sobre a agroecologia nas universidades, e que é necessário se discutir epistemológica e metodologicamente a racionalidade tecnicista que a orienta. Também deve-se reforçar o compromisso do curso com uma formação crítica, voltada para educadores comprometidos (porque não dizer, “militantes”) e preparados para atuar na transformação da sociedade. O curso deve manter uma perspectiva formativa ampla e articulada com as questões sociais, econômicas, culturais e ambientais do campo, não orientada apenas para o mercado de trabalho, mas também para uma formação integral e humanística, que prepare os futuros profissionais para a vida e o mundo do trabalho na sua diversidade de situações.

A reformulação curricular da LA que se avizinha deverá considerar as especificidades desta formação com relação à realidade do campo pernambucano (mas também do Nordeste e do Brasil) no que diz respeito à diversidade dos processos de trabalho existentes no campo, da cultura, das lutas sociais e dos seus sujeitos concretos. É preciso reforçar a reflexão sobre os princípios da educação em agroecologia, procurando romper com a divisão entre a formação técnica e a formação pedagógica.

Consideramos a educação superior, em especial na UFRPE, como um “campo em disputa”. O contraponto feito por cursos como a LA, se alinham com os núcleos de agroecologia e a ação de educadores e estudantes comprometidos com uma outra educação.

## Referências

AGUIAR, M. Virginia de A. *Educação em Agroecologia: pontos para o debate à partir da experiência do Núcleo de Agroecologia e Campesinato da UFRPE*. In SILVA, Hur Bem C. da; CAVALCANTI, Denise C.; PEDROSO, Alexandra F. Pesquisa e Extensão para a Agricultura Familiar no Âmbito da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília: SAF/MDA, 2015. p. 77-86

BORSATTO, Ricardo S.; OTTMANN, Michelle M. A.; FONTE, Nilce N. DA; MACEDO, Rogério B.; PALMA, Silvia L. Z. A. *O Problema da Fragmentação do Saber na Formação de Engenheiros*



*Agrônomos e Florestais*. Contexto e Educação - Editora UNIJUÍ - Ano 20 – nº 73/74 - Jan./Dez. 2005. p. 143 – 159

CALLOU, Angelo B. F. & SILVA, Aleksander V. G. da. *Comunicação e Meio Rural Contemporâneo na Formação Universitária: A Experiência da Universidade Federal Rural de Pernambuco – Brasil*. Razón y Palabra. Número 87. Julio - Septiembre 2014. Disponível em internet em [http://www.razonypalabra.org.mx/N/N87/V87/19\\_FernandesGaldino\\_V87.pdf](http://www.razonypalabra.org.mx/N/N87/V87/19_FernandesGaldino_V87.pdf), em agosto de 2016.

DINIZ, Paulo C. O. e FERRAZ, Bruna T. *Concepção de docência e desafios para a formação do educador: (re)pensando as ciências agrícolas no contexto da educação do campo*. In: MACEDO, G. & CARVALHO, M. E. G. (org.) Educação escolar do campo e direitos humanos. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 2010. p. 163 a 186

FIGUEIREDO, Marcos A. B. & LIMA, Jorge R. Tavares de. *Apresentação*. In FIGUEIREDO, Marcos A. B. & LIMA, Jorge R. Tavares de (org.). Agroecologia. Conceitos e Experiências. Recife: Ed. Bagaço, 2006. p.7-11

JACOB, Luciana. *Agroecologia na Universidade. Entre vozes e silenciamentos*. Curitiba: Ed. Appris, 2016.

PETERSEN, P. *Agroecologia e superação do paradigma da modernização*. In NIERDELE, P. A.; ALMEIDA, L. de; VENZAZZI, F. M. (org.) Agroecologia. Práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013. p. 69 a 103

SOBRAL, Francisco J. M. *Retrospectiva Histórica do ensino agrícola no Brasil*. Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica. v. 2, n. 2 (2009). p. 78-95

TAVARES, Carlos Alberto. *A formação de professores agrícolas na Universidade Federal Rural de Pernambuco: Histórico, realidade e perspectivas*. Anais da Academia Pernambucana de Ciências Agronômica, vol. 2 (2005), p. 32-41.

UFRPE/LA. *Reformulação curricular da Licenciatura em Ciências Agrícolas da UFRPE. Por onde vamos? A formação do educador do campo em questão*. Recife, Maio de 2016. 13p.